BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA

# INFORMAÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS NOS PEDIDOS DE AUTORIZAÇÃO DE ACESSO E REUTILIZAÇÃO DE DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS DO BANCO DE PORTUGAL

## 1. Responsável, fundamento e finalidade

Responsável:
Os dados pessoais recolhidos são tratados pelo Banco de Portugal, pessoa coletiva de direito público com o n.º 500 792 771 e com sede na Rua do Comércio, n.º 148, 1100-150, Lisboa, no respeito pelo Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e demais legislação de proteção de dados aplicável.

Fundamento:
Cumprimento de obrigações legais.

Finalidades:
Receção, análise e resposta a pedidos de acesso e reutilização de documentos do Banco de Portugal, nos termos do disposto nos artigos 12.º, n.º 2, e 21.º da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto.

## 2. Obrigatoriedade

O fornecimento de dados de identificação para estas finalidades é obrigatório.
A não prestação dos mesmos implica a impossibilidade de resposta ao pedido.

## 3. Conservação

O prazo de conservação é de 10 anos, sem prejuízo de tratamento posterior para efeitos de arquivo histórico.

## 4. Destinatários

Os dados pessoais recolhidos podem ser comunicados aos seguintes destinatários:

- CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos
- BCE – Banco Central Europeu
- Outras entidades com as quais o Banco de Portugal está autorizado a partilhar informação confidencial nos termos da lei

## 5. Decisões individuais automatizadas

O tratamento dos dados recolhidos não envolve a tomada de decisões individuais automatizadas.

## 6. Transferência de dados pessoais

Os dados recolhidos não são objeto de transferências internacionais.

## 7. Direitos

Nos termos previstos no Regulamento e demais legislação de proteção de dados aplicável, o titular dos dados tem direito:

- A solicitar ao Banco o acesso aos dados pessoais que lhe digam respeito, à sua retificação e ao seu apagamento;
- À limitação e oposição ao tratamento;
- À portabilidade dos seus dados;
- A não ficar sujeito exclusivamente a decisões individuais automatizadas (se o tratamento tiver por base o consentimento do titular ou for necessário para celebração ou execução de um contrato); e
- À revogação do consentimento, que não compromete a licitude do tratamento efetuado até esse momento com base no mesmo consentimento (se o tratamento o tiver por base).

## 8. Contactos para o exercício de direitos

Os titulares dos dados pessoais, para exercerem os seus direitos, podem dirigir-se:

- Aos postos de atendimento do Banco de Portugal;
- Por via postal; ou
- Mediante correio eletrónico para o info@bportugal.pt.

## 9. Reclamação para a Encarregada da Proteção de Dados (EPD)

Caso considerem que os seus direitos não foram devidamente atendidos e pretendam reclamar, os titulares podem dirigir-se à EPD através dos seguintes meios:

- E-mail: encarregado.protecao.dados@bportugal.pt
- Via postal: Gabinete de Proteção de Dados do Banco de Portugal
  Rua do Comércio, 148 1100-150 Lisboa

## 10. Reclamação para a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD)

Os titulares dos dados podem apresentar reclamações junto da CNPD (Comissão Nacional de Proteção de Dados), enquanto autoridade de controlo.